



Jornal Quinzenal produzido pela Seção de Comunicação Social
Redação: Christine Matos, Juliana Sá, Thaís Schio

E-mail: comunica@jfpe.jus.br
Jornalista responsável: Juliana Sá
Fotos: Ascom JFPE

Cejusc promove 60 acordos envolvendo prédio-caixão

Além das atividades normais de conciliação, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) promoveu mutirão de audiências referentes a Prédios-Caixaão, em parceria com a Caixa Econômica Federal, Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) e Ministério Público Federal (MPF), resultando em 60 acordos, com a recuperação de valores na ordem de, aproximadamente, R\$ 1.150.000,00. As audiências de conciliação foram realizadas de 18 a 22 de fevereiro, envolvendo cerca de 100 empreendimentos, todos do tipo autoportante, das cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Ainda no mês de março, o Cejusc promoverá um novo mutirão de conciliação, que irá abranger 96 empreendimentos do tipo caixaão. De acordo com a coordenadora do Cejusc da JFPE, a juíza federal Nilcéa Maggi, a expectativa é de serem realizadas 200



audiências, durante o período de 25 a 29 de março. Nas audiências de conciliação, os mutuários e ocupantes poderão negociar com a Caixa descontos de até 80% em relação ao valor de avaliação do imóvel. O Projeto Prédio-Caixaão teve início em

outubro de 2017 com o objetivo de, mediante conciliação judicial, regularizar o uso e a ocupação dos prédios construídos sob a técnica de alvenaria autoportante, conhecidos como prédios-caixaão.

Oito varas federais passam por inspeção no mês de março

Dando continuidade ao calendário de inspeções da Justiça Federal em Pernambuco, (JFPE) no mês de março os trabalhos serão realizados em oito varas federais. De 11 a 15 de março, a inspeção será realizada na 29ª Vara Federal, em Jaboatão dos Guararapes. De 18 a 22 de março é a vez das seguintes Varas Federais: 7ª, 10ª e 26ª. E na sequência, a 3ª, 9ª, 27ª e 36ª Varas Federais, de 25 a 29 de março. Durante a inspeção, os prazos processuais físicos serão suspensos, sendo devolvidos às partes após o término das atividades, de

modo a não causar prejuízo aos jurisdicionados. Não serão realizadas audiências e nem haverá expediente destinado às partes, exceto para medidas que evitem o perecimento de direito e que assegurem a liberdade de locomoção. Porém, a distribuição de processos não será interrompida e nem serão concedidas férias aos servidores das varas. Os magistrados destacam aos procuradores e advogados a necessidade de restituir os autos físicos às varas, até a semana anterior ao período da inspeção ordinária anual.



Serão pagos mais de R\$ 14 milhões em RPVs

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 liberou, desde terça-feira, 12 de março, o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) autuadas no mês de janeiro. O valor total para os 21.390 beneficiários dos seis estados que compõem a 5ª Região – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe é de R\$116.450.772,81. O montante destinado ao pagamento dos 2.019 jurisdicionados em Pernambuco é de R\$ 14.878.528,89. Os beneficiários, cujos valores dos requerimentos estão entre o

intervalo de 2.058.497 a 2.066.164 receberão pela Caixa Econômica Federal. Já os de número 2.066.165 até 2.074.985 serão pagos no Banco do Brasil. Para receber, os beneficiários precisam apresentar os originais com cópias dos documentos de identidade e CPF, além de um comprovante de residência. De acordo com a Subsecretaria de Precatórios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. TRF5, em 2018 foram pagos R\$ 1.036.916.816,22 em RPVs e precatórios para 60.120 jurisdicionados no estado de Pernambuco.



Foto: Pixabay.com

Juiz federal Leonardo Coutinho é o novo coordenador dos JEFs



O juiz federal Leonardo Coutinho, titular da 14ª Vara Federal (Juizado Especial Federal), é o novo coordenador dos Juizados Especiais Federais em Pernambuco (JEFs). A indicação do magistrado foi apresentada pelo coordenador dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, desembargador federal Élio Siqueira Filho, na sessão do Pleno realizada no dia 20 de fevereiro, aprovada por unanimidade. A função era ocupada pela juíza federal Marília Ivo Neves.